

## Retrato Territorial de Portugal

2013

### **Nomenclaturas Territoriais, Trajetos Educacionais, Competitividade e Internacionalização nas regiões portuguesas**

O INE divulga, em 2015, a 4ª edição do Retrato Territorial de Portugal em que se analisam as dinâmicas territoriais centradas nos domínios *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* que, nesta publicação, incidem, respetivamente, nas temáticas ***As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional***, ***Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas*** e ***A competitividade e a internacionalização nas regiões portuguesas***.

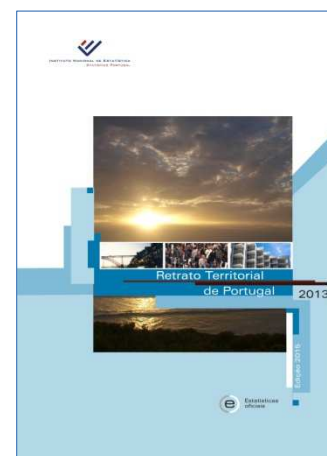
O Retrato Territorial de Portugal (publicação bienal) visa apresentar, numa perspetiva analítica, a informação estatística de base territorial disponibilizada pelo Sistema Estatístico Nacional. Esta publicação privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais, recorrendo a comparações temporais de forma a captar trajetórias estruturais que diferenciam os territórios.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infraestruturas e o património natural – numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens ancoradas em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

Nesta edição, são analisadas as temáticas seguintes: *As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do sistema estatístico nacional*, *Os trajetos educacionais nas regiões portuguesas* e *A competitividade e a internacionalização nas regiões portuguesas*.

A publicação integral bem como os dados estatísticos e as figuras que suportam a análise estão disponíveis em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), na opção Informação Estatística, Publicações.



## I. As nomenclaturas territoriais relevantes no contexto do Sistema Estatístico Nacional

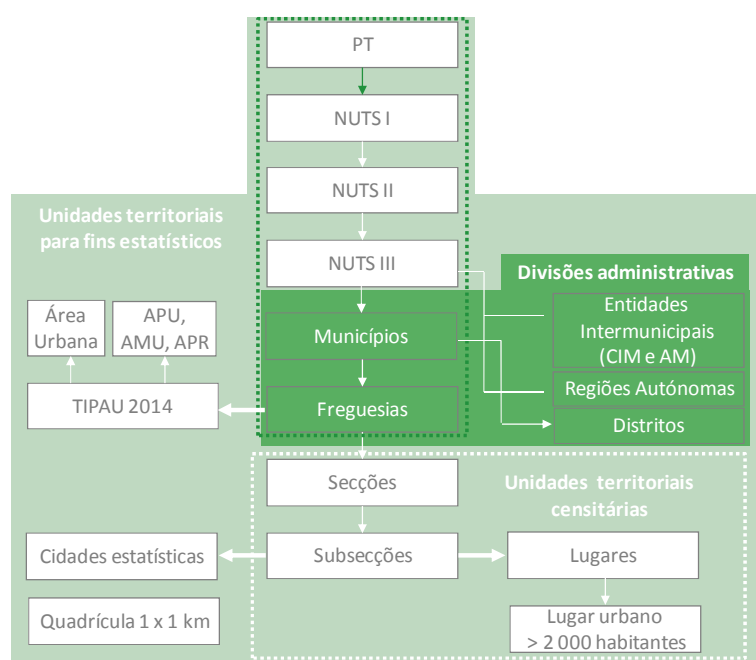
As nomenclaturas territoriais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) constituem suporte para a organização da informação estatística orientada para a análise de problemáticas de base territorial e para a monitorização dos impactos territoriais das políticas públicas.

Neste contexto, foram definidos três pontos principais de análise: a estruturação do território nacional para fins estatísticos pelo SEN, discutindo-se a crescente importância de unidades territoriais *ad-hoc* orientadas para a análise de problemáticas de base territorial; a organização administrativa do território nacional e das regiões NUTS portuguesas, dando especial relevância às alterações ocorridas nas NUTS de nível 3 (NUTS 2013) e à reorganização administrativa do território das freguesias; e a apresentação das nomenclaturas territoriais de referência para a segmentação do território em função da intensidade de urbanização e para a identificação e delimitação de cidades.

**As regiões NUTS, em articulação com os níveis município e freguesia do Código da Divisão Administrativa, constituem o principal sistema de organização do território para a difusão de estatísticas oficiais**

No topo da hierarquia da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), surge o território nacional dos Estados-Membros da União Europeia, sendo a estrutura regional desagregada em três níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. O facto de o nível 3 das NUTS corresponder, no caso português, a um agrupamento de municípios permite a integração da NUTS com o Código da Divisão Administrativa, a partir do nível município. Neste contexto, salienta-se que, como resultado da revisão da NUTS (NUTS 2013), as regiões NUTS III do Continente passaram a ter limites territoriais coincidentes com as Entidades Intermunicipais (as associações de autarquias locais: Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas).

**Principais unidades territoriais de base à difusão de informação estatística do SEN**



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação. Elaboração própria.

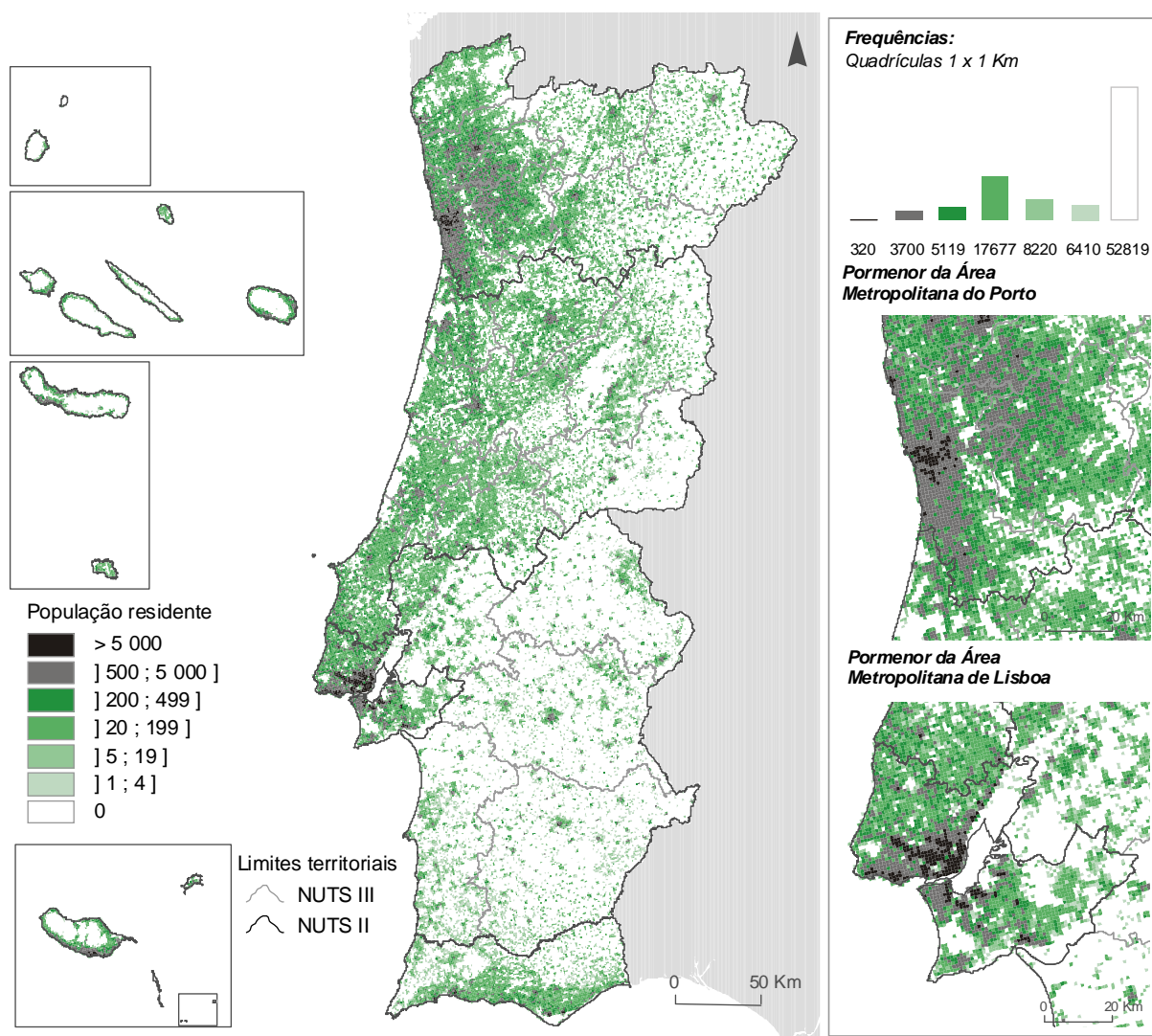
Com a adoção do referencial regional instituído pela NUTS, o SEN foi diminuindo, progressivamente, a organização da informação de acordo com os distritos, dada a impossibilidade de articulação do primeiro nível do Código da Divisão Administrativa com as NUTS. Por outro lado, o Sistema Estatístico Europeu (SEE) tem procurado definir para os Estados-Membros dois níveis hierárquicos de Unidades Administrativas Locais (*Local Administrative Units - LAU*) que

garantam a integração com as NUTS e que, no caso português correspondem aos municípios (LAU 1) e às freguesias (LAU 2).

As freguesias subdividem-se em unidades territoriais estatísticas de menor dimensão, associadas à geografia de base à preparação dos Recenseamentos da População e Habitação — secção e subsecção. É com base nestas unidades territoriais mais finas que são construídas novas unidades, como é o caso das cidades estatísticas, através da agregação de subsecções, e da classificação de freguesias em função da intensidade de urbanização (Tipologia de áreas urbanas), considerando a aplicação de critérios ao nível da subsecção e secção estatísticas.

A quadrícula 1x1 km, ainda que desprovida de significado socioeconómico ou administrativo, apresenta a vantagem de assegurar a repartição do território em unidades da mesma dimensão, obviando desta forma a comparabilidade de dados. Dada a sua reduzida dimensão (1 km<sup>2</sup>) permite assegurar o cruzamento de dados com padrões territoriais diferenciados.

### População residente por quadrícula 1 x 1 km, 2011



Fonte: INE, I.P., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

**A estruturação do território português com as novas NUTS (versão 2013) compreendeu uma diminuição de 30 para 25 NUTS III e a alteração da designação da NUTS II Lisboa para Área Metropolitana de Lisboa**

A estrutura territorial de acordo com as NUTS 2013, é composta por três NUTS I que mantiveram os limites territoriais e o estatuto de «unidades administrativas» à luz do Regulamento Europeu — Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira — sete NUTS II com limites territoriais iguais à anterior versão — cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas regiões autónomas — e, 25 NUTS III que passaram a ter o estatuto de «unidades administrativas» — 23 Entidades Intermunicipais no Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Neste contexto salienta-se a particularidade da Área Metropolitana de Lisboa constituir nas NUTS 2013, simultaneamente, uma unidade de nível 2 e 3 pela agregação das anteriores NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal. É neste quadro de alterações associadas à NUTS III Área Metropolitana de Lisboa que a designação da NUTS II 'Lisboa' passou também a designar-se 'Área Metropolitana de Lisboa'.

**Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2003<sup>1</sup>**



**Divisão territorial por NUTS II e NUTS III, versão 2013**



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) versão 2003 e versão 2013.

<sup>1</sup> A referência à versão NUTS 2003 na Publicação Retrato Territorial de Portugal está associada ao início do enquadramento legal comunitário através do Regulamento (CE) n.º 1059/2003. Este regulamento assumiu uma organização das NUTS portuguesas de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002. Por este motivo é comum o SEN também designar a anterior versão das NUTS como NUTS 2002.

Comparando com a versão anterior (NUTS 2003), a nova geografia da NUTS 2013, implicou as seguintes alterações nos limites e na designação das NUTS III portuguesas:

- das 13 sub-regiões NUTS III que mantiveram a designação, oito não sofreram alterações de limite (Cávado, Oeste, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), e em cinco verificaram-se alterações nos limites territoriais (Ave, Douro, Médio Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central);
- das 12 sub-regiões NUTS III cuja designação foi alterada, apenas a sub-região do Alto Minho (designada de Minho Lima na anterior versão) manteve os limites territoriais; as restantes 11 sub-regiões NUTS III registaram simultaneamente alterações à designação e aos limites territoriais (Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Terras de Trás-os-Montes, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Área Metropolitana de Lisboa).

As alterações verificadas nas NUTS III 2013 face às NUTS III 2003 implicaram um aumento da dimensão média da superfície destes territórios — de 3 074 km<sup>2</sup> para 3 689 km<sup>2</sup> (+20%) — e da população média das NUTS III que aumentou de cerca de 352 mil para aproximadamente 422 mil habitantes (+20%).

### ***Em 2011, 72% da população do país residia em áreas predominantemente urbanas***

As abordagens para fins estatísticos utilizadas no Sistema Estatístico Europeu e Sistema Estatístico Nacional para efeitos de segmentação da análise dos territórios de acordo com a intensidade de urbanização têm-se centrado na análise da estrutura de povoamento, privilegiando critérios morfológicos e, em particular, a densidade populacional e a dimensão populacional, como é o caso da Tipologia de áreas urbanas do INE (TIPAU 2014) aplicada ao nível de freguesia.

A TIPAU 2014 constitui uma nomenclatura territorial da intensidade de urbanização em Portugal mediante a classificação exaustiva das freguesias do território nacional, em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediamente urbana (APR) e Área predominantemente rural (APR). A TIPAU 2014 permite também identificar e delimitar áreas urbanas com designação própria, enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.

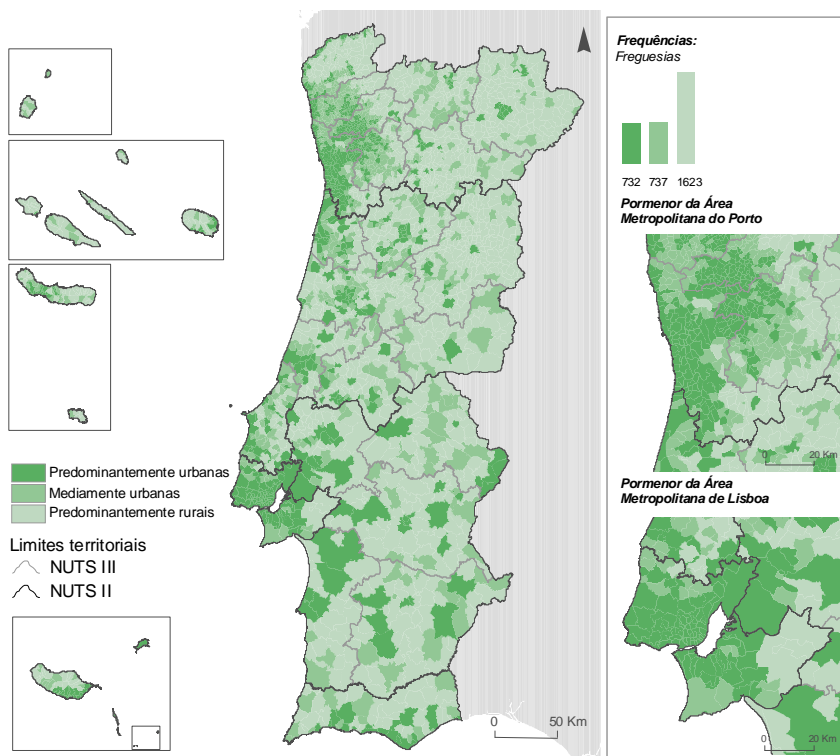


Em 2011, a taxa de urbanização de Portugal era de 72%, o que correspondia à proporção de população que residia em Áreas predominantemente urbanas e que se distribuía por 18% do território nacional. A restante parcela da população residia em Áreas mediamente urbanas (15%) e Áreas predominantemente rurais (13%). Em 2011, a proporção de população residente em APU era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (96%), na Região Autónoma da Madeira (82%) e no Norte (73%), e mais baixa na Região Autónoma dos Açores (45%).

Os estudos de base à metodologia da TIPAU 2014 foram desenvolvidos no âmbito das competências da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística (CSE), num grupo de trabalho que envolveu o INE, o Ministério da Agricultura e do Mar, a Direção-Geral do Território, a Direção-Geral das Autarquias Locais, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (atualmente integrado na Agência para o Desenvolvimento e Coesão), as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Continente, o Serviço Regional de Estatística dos Açores, a Direção Regional de Estatística da Madeira, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.

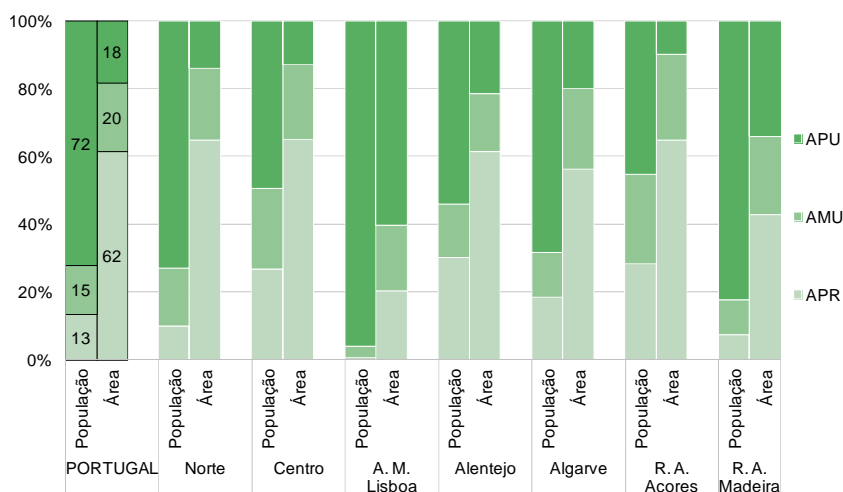
A TIPAU 2014 foi aprovada pela Secção Permanente de Coordenação Estatística do CSE e publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009.

### Classificação das freguesias segundo a Tipologia de áreas urbanas (2014)



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Tipologia de áreas urbanas, 2014; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013.

### Proporção de população residente e área segundo a Tipologia de áreas urbanas, 2011



Fonte: INE, I.P., Sistema Integrado de Metainformação, Tipologia de áreas urbanas, 2014, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

## II. OS TRAJETOS EDUCACIONAIS NAS REGIÕES PORTUGUESAS

A educação e formação são condições fundamentais e promotoras de crescimento económico e emprego e constituem por isso domínios chave no quadro da estratégia Europa 2020. No mesmo alinhamento, o eixo temático referente ao capital humano no quadro de programação do Portugal 2020 salienta o investimento na educação e formação e na aprendizagem ao longo da vida.

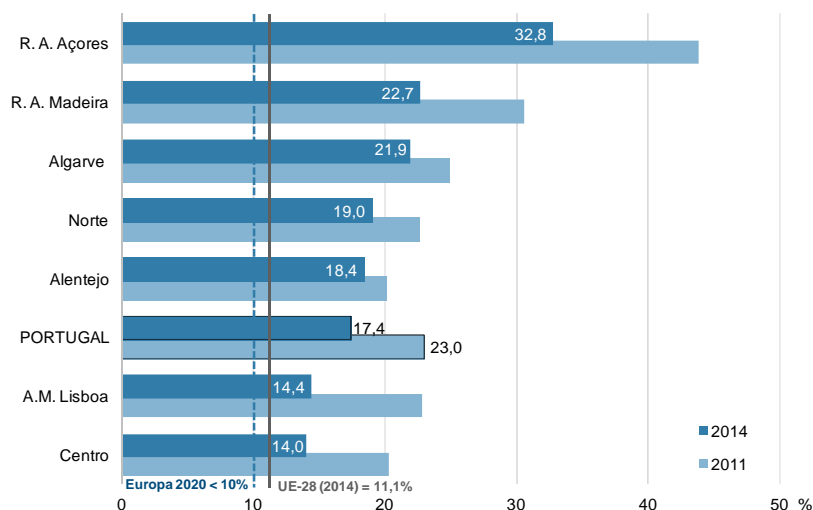
A análise desenvolvida foi organizada em três vertentes principais: a caracterização dos perfis educacionais, as disparidades dos níveis educacionais e a relação entre as habilitações e a participação no mercado de trabalho.

***Em todas as NUTS II diminuiu a taxa de abandono precoce de educação e formação mas nenhuma atingia a média da UE-28***

A estratégia Europa 2020 define como meta a redução do abandono precoce de educação e formação para valores inferiores a 10%, que constitui também objetivo estratégico do domínio temático associado ao capital humano no âmbito do Portugal 2020. Entre 2011 e 2014, a taxa de abandono precoce de educação e formação do país diminuiu 5,6 pontos percentuais, situando-se em 2014 (17,4%), ainda acima da média da UE-28 (11,1%)<sup>2</sup>.

A leitura a nível regional para os anos de 2011 e 2014 permite verificar que a taxa de abandono precoce de educação e formação diminuiu em todas as regiões NUTS II, e que, em 2014, nenhuma região havia atingido o valor médio da UE-28 e, conseqüentemente a meta estabelecida na Estratégia Europa 2020. Em 2014, as regiões Centro (14,0%) e AML (14,4%) eram as que apresentavam valores mais próximos da média europeia. Em 2014, a taxa de abandono precoce de educação e formação situava-se acima de 30% na R. A. Açores e acima de 20% na R. A. Madeira e no Algarve.

**Taxa de abandono precoce de educação e formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014**



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

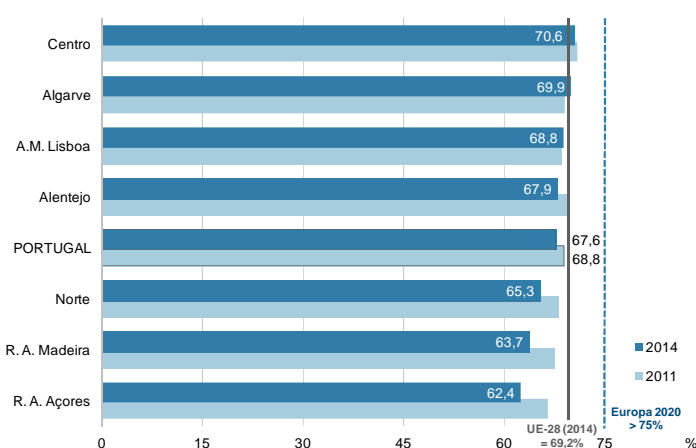
<sup>2</sup> Em 2014, do conjunto de 28 países que constituem a União Europeia 19 já alcançaram uma taxa de abandono precoce de educação e formação inferior a 10%.

**Em todas as NUTS II diminuiu a taxa de emprego da população entre 20 e 64, afastando-se da meta definida para 2020**

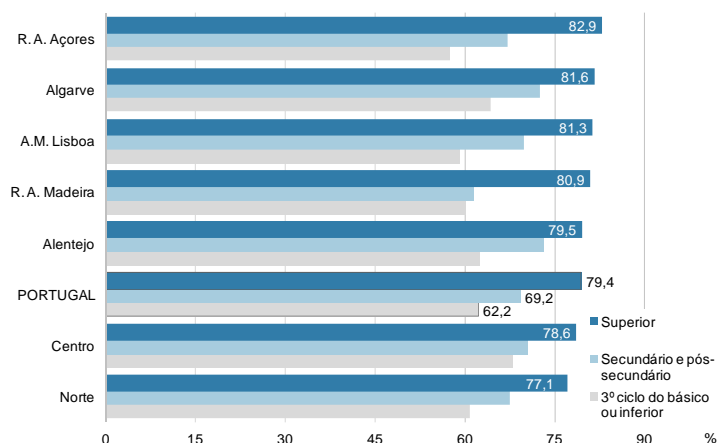
Uma das metas estratégicas da Europa 2020 consiste em atingir uma taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos superior a 75%. Entre 2011 e 2014, a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos diminuiu para o total do país e também para a maioria das regiões NUTS II. O retrato regional para o ano de 2014 permitiu constatar que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos para as sete regiões NUTS II se encontrava abaixo da meta definida no quadro da Europa 2020.

O valor observado para o total de Portugal (67,6%) situava-se abaixo da média registada para a UE-28, limiar que era apenas ultrapassado pelas regiões Centro e Algarve. Para além destas duas regiões, também a AML e o Alentejo apresentaram taxas superiores à média nacional. As restantes regiões do país assinalavam valores inferiores à média nacional, apresentando a Região Autónoma dos Açores a taxa de emprego mais baixa para aquele grupo etário (62,4%).

**Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014**



**Taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos, por nível de escolaridade completo, Portugal e NUTS II, 2014**



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

No entanto, foi possível verificar o papel diferenciador das habilitações na medida em que a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos aumenta à medida que o nível de escolaridade também aumenta, destacando-se que a taxa de emprego para a população entre 20 e 64 anos e com ensino superior completo se situava acima dos 75% em todas as regiões e acima dos 80% nas regiões autónomas e no Algarve e AML.

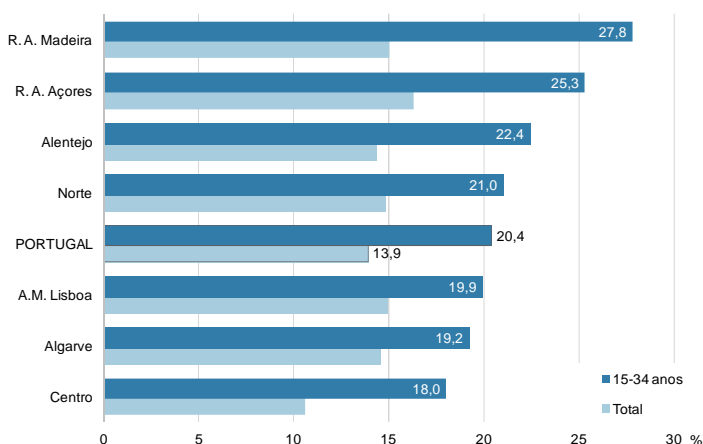
A diferenciação da taxa de desemprego considerando o nível de escolaridade completo permitiu igualmente constatar que o desemprego era comparativamente mais baixo para a população com níveis de escolaridade mais elevados e que, ao nível regional, este padrão apenas não foi observado para a região Centro.



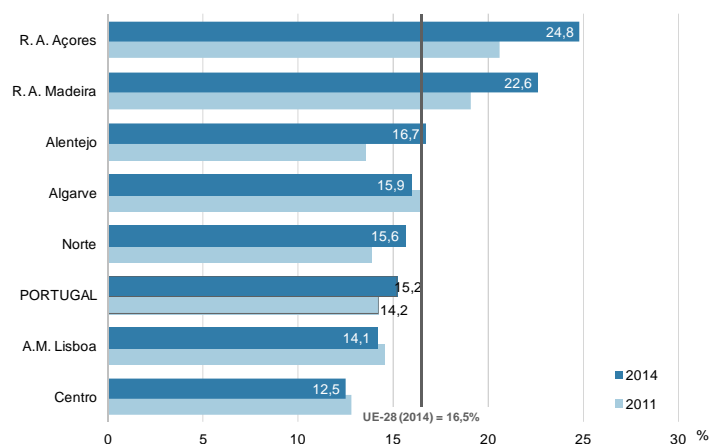
***Nas regiões autónomas a taxa de jovens entre 15 e 34 anos não empregados e que não se encontravam a frequentar atividades de educação e formação era mais elevada***

Os dados relativos ao ano de 2014 permitiram constatar que a taxa de desemprego da população entre 15 e 34 anos de idade era globalmente mais elevada em todas as regiões do país face à taxa de desemprego total, atingindo mais de um quarto da população ativa daquele grupo etário nas regiões autónomas. As regiões Alentejo e Norte apresentavam, em 2014, taxas de desemprego da população entre 15 e 34 anos também acima do valor nacional e a região Centro apresentava, comparativamente, a menor taxa de desemprego para este grupo etário.

**Taxa de desemprego total e da população entre 15 e 34 anos, Portugal e NUTS II, 2014**



**Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação, Portugal e NUTS II, 2011 e 2014**



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Contudo, a análise da situação específica dos jovens no mercado de trabalho sugere a consideração de indicadores mais abrangentes, como a taxa de jovens não empregados que não estavam em educação e formação (NEEF) que considera as situações de desemprego e de inatividade de jovens não integrados num percurso educativo e formativo.

Entre 2011 e 2014, observou-se um aumento da taxa de NEEF para o total de Portugal, de 14,2% para 15,2%, apresentando, contudo, o país em 2014 um valor inferior à média da UE-28 (16,5%). Em termos regionais, e para o mesmo período, apenas as regiões do Algarve, da AML e do Centro apresentavam uma diminuição da taxa de NEEF.

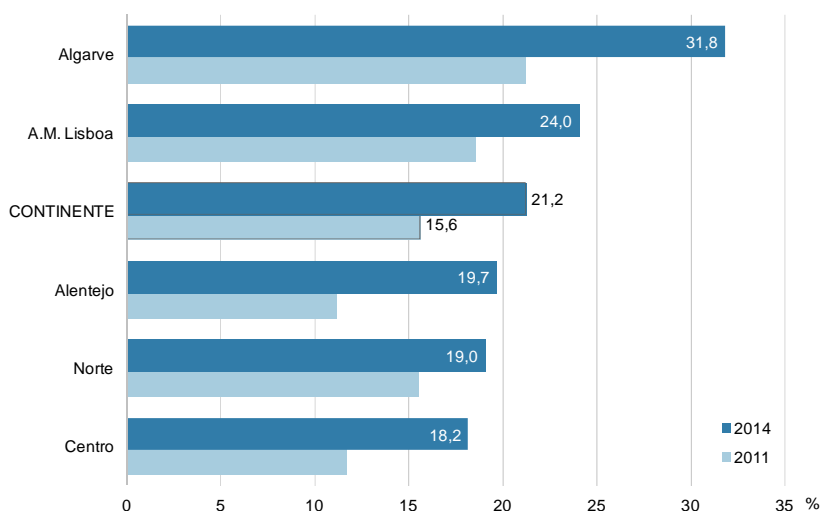
Em 2014, a taxa de NEEF era mais elevada na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, atingindo respetivamente cerca de 25% e 23% dos jovens entre 15 e 34 anos. As regiões do Alentejo, do Algarve e do Norte assinalavam também em 2014 taxas de NEEF superiores à média nacional. Por sua vez, a proporção de jovens NEEF no total da população jovem era mais baixa nas regiões Centro e AML.

**Em todas as NUTS II do Continente aumentou a proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior**

A análise sobre a adequação entre os níveis de escolaridade e as profissões, salientou um aumento, entre 2011 e 2014, da proporção de trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados a exercer profissão não qualificadas em todas as regiões sugerindo, deste modo, um acentuar do desajustamento entre as habilitações e o emprego obtido.

O número de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior com profissões não qualificadas representava, em 2014, 21,2% do total de trabalhadores com profissões não qualificadas no território continental. Em 2011, essa proporção era de 15,6%. Na AML, em 2014, aquele valor era de 24% e no Algarve ultrapassava os 30%. Nas regiões Alentejo, Norte e Centro, a proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior era em 2014, respetivamente, 19,7%, 19,0% e 18,2%.

**Proporção de trabalhadores com profissões não qualificadas com habilitações ao nível do ensino secundário ou superior, Continente<sup>3</sup> e NUTS II, 2011 e 2014**



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011.

<sup>3</sup> A análise para este indicador foi realizada apenas para o Continente e respetivas NUTS II uma vez que a salvaguarda dos critérios de qualidade da informação estatística divulgada a partir do Inquérito ao Emprego impede a disponibilização desta informação para as regiões autónomas.

### III. A COMPETITIVIDADE E A INTERNACIONALIZAÇÃO NAS REGIÕES PORTUGUESAS

No quadro da definição das prioridades de intervenção dos fundos comunitários em Portugal para o período 2014-2020, o Acordo de Parceria proposto por Portugal à Comissão Europeia estabelece o reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa como um dos desafios para o atual período de programação do financiamento europeu. Adicionalmente, a exposição da economia portuguesa aos efeitos da crise económica e financeira internacional, bem como o quadro de forte contenção orçamental que tem caracterizado a economia nacional nos últimos anos reproduziram efeitos diversos nas regiões portuguesas.

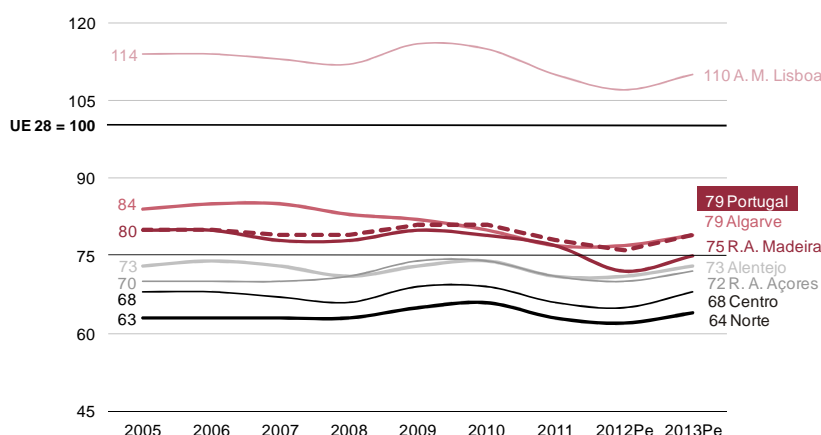
É neste quadro que a análise desenvolvida foi estruturada em três eixos principais: o perfil produtivo das regiões portuguesas e os recursos para a competitividade, o tecido empresarial e a orientação para o mercado externo e o perfil exportador das regiões.

#### ***Entre 2005 e 2012, o processo de divergência do PIBpc em ppc face à UE-28 foi comum a todas as NUTS II mas entre 2012 e 2013 verificou-se convergência***

A análise da comparação do desempenho económico das regiões portuguesas com a União Europeia, foi realizada através do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante em paridades de poder de compra (ppc). Os dados das Contas Regionais, na base 2011, revelaram que, em 2013 o PIB por habitante em ppc de Portugal correspondia a 79% da média dos 28 países da UE, verificando-se que, em termos de NUTS II, apenas a AML excedia o valor médio europeu. As regiões Norte e Centro eram as que mais se distanciavam da média da UE-28, com índices de PIB por habitante em ppc de 64 e 68, respetivamente.

Considerando os anos de 2005 e 2012, verificou-se um processo de divergência das regiões NUTS II portuguesas face à média da UE-28, em termos de PIB por habitante em ppc. Apenas a AML se situou, ao longo deste período, acima da média europeia: +14 p.p. em 2005 e +7 p.p. em 2012. O processo de convergência é, no entanto, comum a todas as regiões NUTS II entre 2012 e 2013. Não obstante, importa realçar que a taxa de crescimento real do PIB das regiões, para o período 2000-2013, variou entre um máximo de +1% na Região Autónoma dos Açores e um mínimo de -0,4% no Alentejo.

**PIB por habitante em ppc (UE-28=100), Portugal e NUTS II, 2005 a 2013Pe**



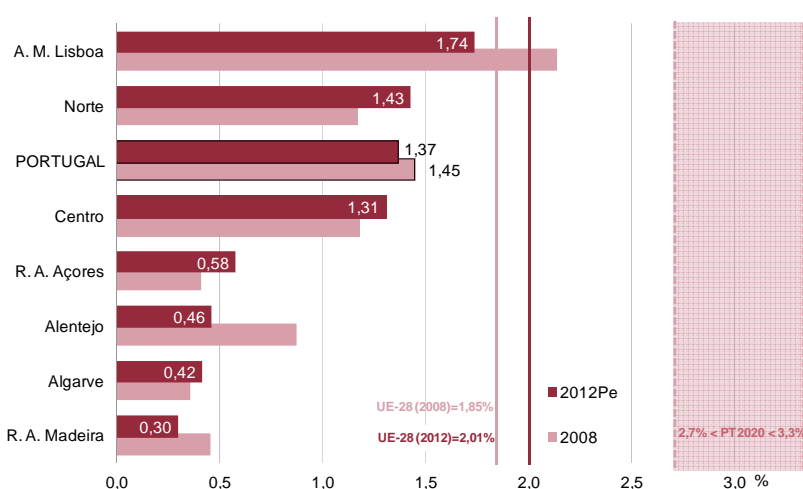
Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

### **Nenhuma região NUTS II atingiu ainda a meta estabelecida para 2020 para a despesa em I&D no PIB**

Na estratégia Europa 2020 foi definido o objetivo de aumentar o investimento da UE em I&D para 3% do PIB. Em 2012 o valor médio da UE-28 era de 2,01% estando assim aquém da meta estabelecida para 2020. A meta de Portugal no âmbito do Portugal 2020 ficou estabelecida num intervalo entre 2,7% e 3,3% do PIB, verificando-se que a proporção de despesa em I&D era, em 2012, 1,37%, correspondendo a um desempenho inferior ao verificado em 2008 (1,45%).

A leitura a nível regional para os anos de 2008 e 2012 permite verificar que nenhuma região NUTS II atingiu a meta estabelecida para 2020 e que apenas a AML superou o valor médio europeu em 2008. Em 2012, para além da AML, apenas a região Norte registou uma proporção de despesa em I&D no PIB acima do valor médio nacional. Entre 2008 e 2012, a AML, o Alentejo e a R.A. Madeira reduziram o respetivo desempenho neste indicador.

**Proporção da despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2008 e 2012Pe**



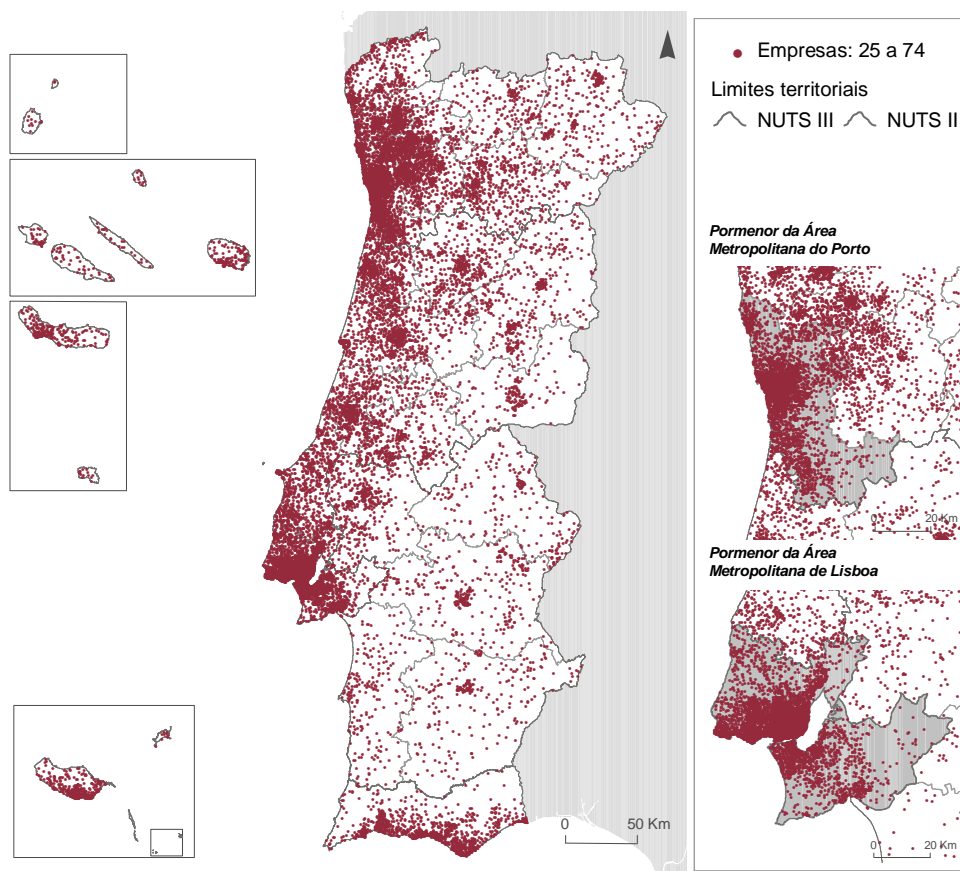
Fonte: Ministério da Educação e Ciência. INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011). Eurostat.

### **Concentração empresarial no Litoral continental e nas áreas metropolitanas, num quadro de diminuição do número de empresas e volume de negócios gerado**

Em 2013 existiam em Portugal 1 097 492 empresas não financeiras com um volume de negócios total de 317 333 milhões de euros. A distribuição das empresas não financeiras no território nacional não era homogénea: no Continente, a densidade de empresas era mais intensa no Litoral, numa faixa de Viana do Castelo a Setúbal e, a Sul, de Lagos a Vila Real de Santo António, salientando-se ainda, no Interior, a maior concentração nas cidades de pequena e média dimensão, nomeadamente nas capitais de distrito.

As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto concentravam um maior número de empresas face às restantes sub-regiões: 28% e 16% do total de empresas do país, respetivamente. No entanto, verificava-se uma maior concentração empresarial na AML enquanto, a Norte, a distribuição do tecido empresarial da Área Metropolitana do Porto (AMP) era mais difuso, estendendo-se, no Litoral, sensivelmente até à região de Aveiro e Cávado (e.g. cidade de Braga), e para o Interior, abrangendo as sub-regiões Ave (e.g. Guimarães) e Tâmega e Sousa (e.g. Felgueiras). Na ilha da Madeira era perceptível um contraste entre o Sul e o Norte com maior número de empresas a Sul. Na Região Autónoma dos Açores o nível de empreendedorismo era maior nas ilhas de São Miguel e da Terceira.

**Empresas, segundo a localização da sede, por freguesia, 2013**



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Face ao ano de 2010, registou-se em 2013 uma diminuição no número de empresas do país (menos cerca de 47 mil) e do volume de negócios gerados (- 9,1%). O volume de negócios diminuiu em todas as regiões NUTS II e, ao nível das sub-regiões, apenas o Alto Alentejo (+14,0%), o Ave (+2,1%), o Baixo Alentejo (+1,1%) e a Beira Baixa (+0,2%) registaram um aumento do volume de vendas e prestações de serviços face a 2010.

***Na AML, Região Autónoma dos Açores e Região de Aveiro o valor médio do volume de negócios por sociedade superava a média nacional***

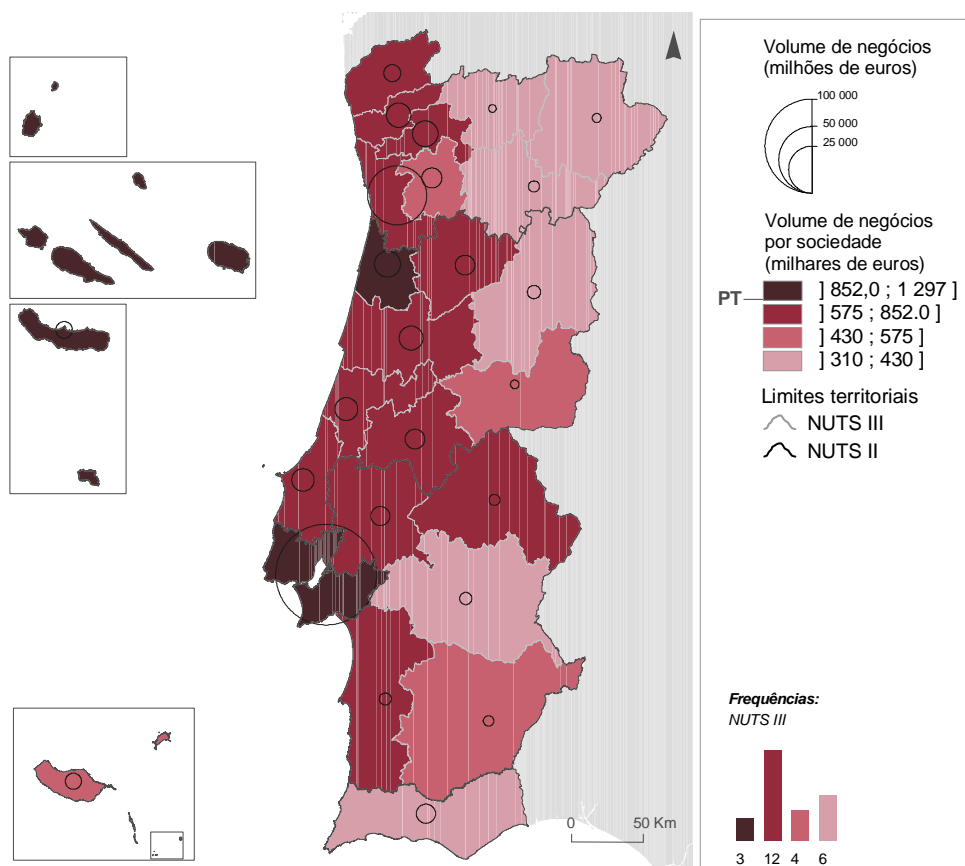
No tecido empresarial português existiam, em 2013, 355 660 sociedades que correspondiam a cerca de um terço das empresas do sector não financeiro. Em 2013, as sociedades geravam cerca de 95% do volume de negócios, 92% do VAB e 75% do pessoal ao serviço do total das empresas do país, ou seja, a capacidade produtiva das empresas coletivas era bastante superior o que justifica que a análise do tecido empresarial se centre nas sociedades.

A representação sub-regional do volume de negócios por sociedade salienta sociedades com maior capacidade de geração de volume de negócios nas NUTS III do Litoral do Continente, com exceção do Algarve que apresentava o valor mais baixo do país neste indicador. De qualquer modo, apenas a AML, a Região Autónoma dos Açores e a Região de Aveiro apresentavam volumes de negócios por sociedade que superavam o valor médio nacional.



Os maiores contributos para o volume de negócios gerado pelas sociedades em Portugal eram provenientes das áreas metropolitanas: praticamente metade do volume de negócios do país era gerado por sociedades sedeadas na AML (48,5%) e o contributo da AMP correspondia a 16,6% do valor global. Os contributos de cada uma das restantes 23 sub-regiões não ultrapassavam 4% do volume de negócios total.

**Volume de negócios das sociedades e volume de negócios médio por sociedade, segundo a localização da sede da sociedade, por NUTS III, 2013**



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

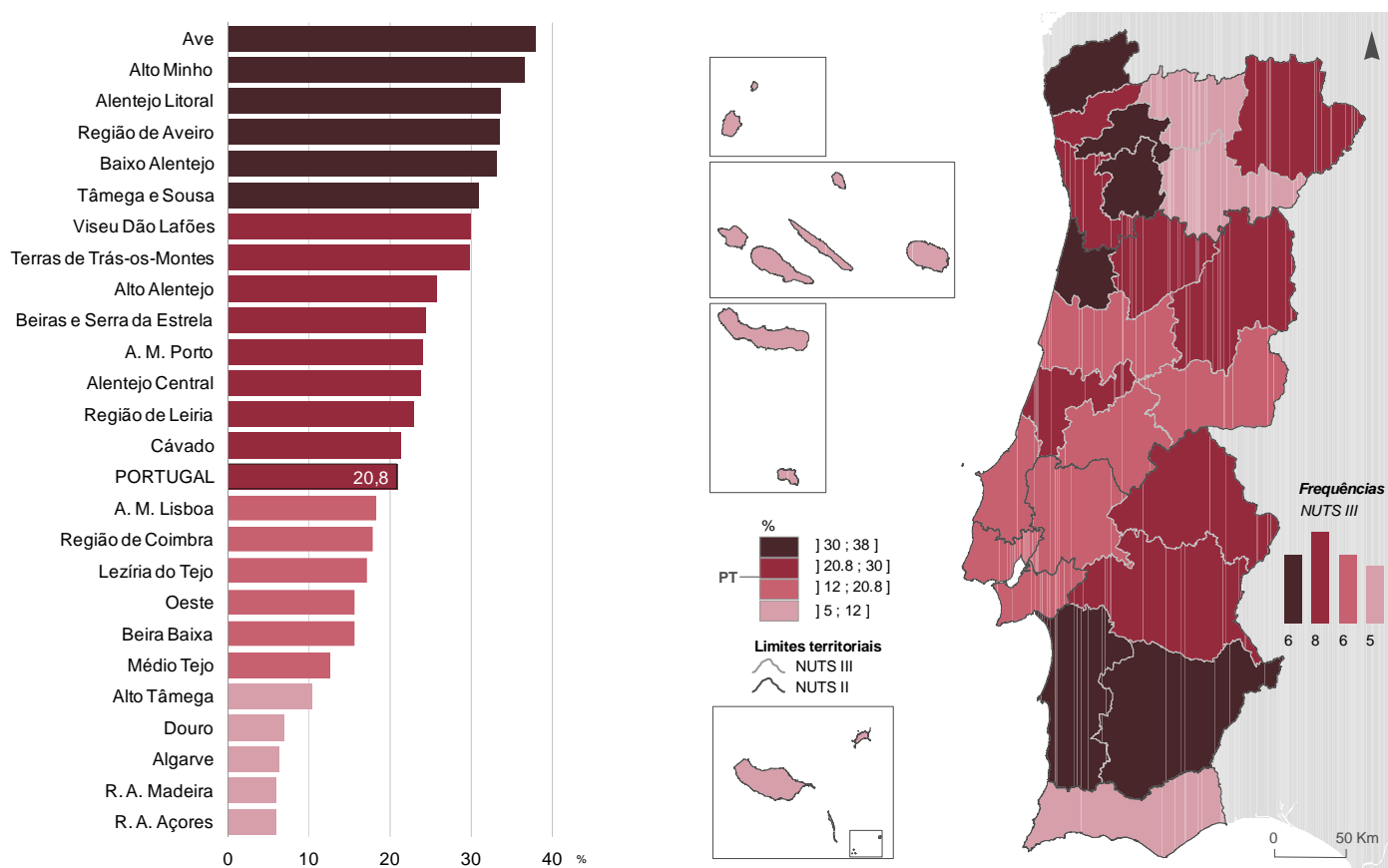
**Reforço da orientação para o mercado externo comum a todas as NUTS II num contexto de diminuição do volume de negócios do país**

Em 2013, o volume de vendas e prestações de serviços para o mercado externo correspondia a cerca de um quinto (21%) do total de volume de negócios das sociedades. Face a 2010 registou-se um crescimento no valor das vendas e prestações de serviços orientado para o exterior em praticamente todas as regiões NUTS II, situação que contrastava com a tendência geral de diminuição no volume de negócios das sociedades.

Ao nível regional, a quota do mercado externo em 2013 foi mais relevante no Norte (26%), Alentejo (24%) e Centro (23%). O retrato territorial, ao nível das sub-regiões NUTS III, da proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo revela maior importância do mercado internacional para as sociedades sedeadas nas sub-regiões Ave,

Alto Minho e Tâmega e Sousa, no Norte, bem como na Região de Aveiro e nas sub-regiões do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (quotas superiores a 30% do volume de negócios total das sociedades sedeadas nas respetivas sub-regiões).

**Proporção de vendas e prestações de serviços para o mercado externo no volume de negócios das sociedades, segundo a localização da sede da sociedade, Portugal e NUTS III, 2013**



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

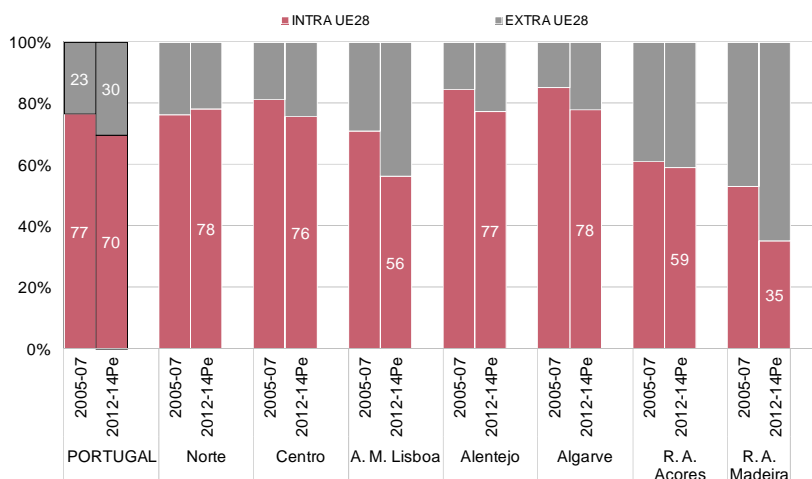
**Diminuição da proporção de exportações para os países da UE-28 foi comum aos operadores sedeados em todas as regiões, com exceção do Norte**

A informação relativa às Estatísticas do Comércio Internacional de Bens revela que, entre 2005 e 2014, a tendência de crescimento da capacidade exportadora face ao valor das importações foi comum a todas as regiões NUTS II.

No triénio 2012-2014, os operadores sedeados nas regiões Norte, AML e Centro foram os que mais contribuíram para o valor global das exportações: respetivamente, 38,6%, 34,5% e 19,8% do valor nacional. Ao nível das sub-regiões, a AML e as três NUTS III contíguas Ave, AMP e Região de Aveiro foram as sub-regiões com maior valor de exportações, representando, no seu conjunto, cerca de dois terços do valor nacional no triénio 2012-2014.

Entre 2005-2007 e 2012-2014, a proporção de exportações portuguesas para os países da UE-28 diminuiu, passando de 77% para 70% do total de produtos exportados. A diminuição da intensidade de exportações para os países da UE-28<sup>4</sup> foi comum aos operadores sedeados em todas as regiões NUTS II, com exceção da região Norte em que se verificou um aumento de 76% para 78% da proporção de exportações para os parceiros comunitários. Considerando as restantes regiões, o aumento da importância das saídas de bens para países externos à UE-28 entre os dois períodos considerados, foi mais intenso na Região

**Proporção de exportações para os países da UE-28 e fora da UE-28, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.

Autónoma da Madeira e na AML. A Região Autónoma da Madeira era a única região onde as exportações para os parceiros comunitários representavam menos de metade do total de exportações dos operadores aí sedeados: 35%.

***A diminuição da intensidade tecnológica das exportações foi comum a todas as regiões portuguesas, com exceção da Região Autónoma dos Açores e do Algarve***

O nível de incorporação tecnológica nos produtos finais e, nomeadamente, nos produtos exportados, constitui um elemento de análise relevante no âmbito da competitividade internacional. Neste sentido, recorreu-se à classificação por bens de alta tecnologia para aferir o conteúdo tecnológico das exportações das regiões portuguesas.

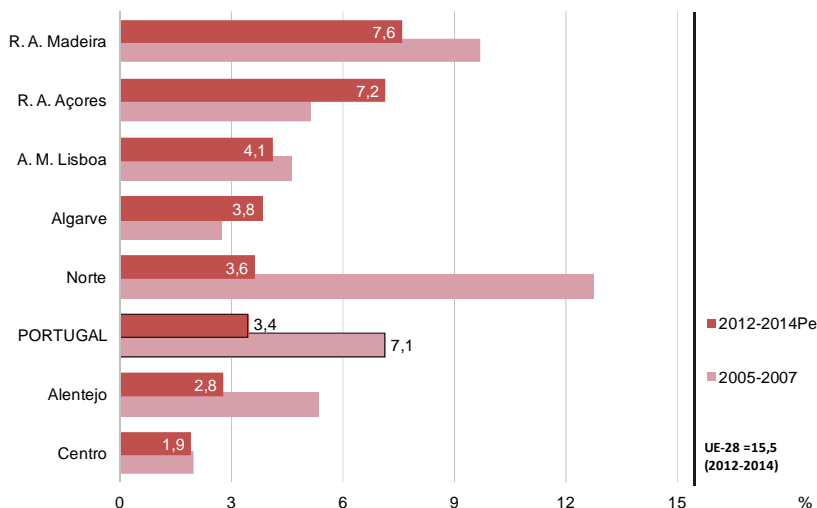
Entre os períodos 2005-2007 e 2012-2014, verificou-se uma diminuição da intensidade tecnológica das exportações nacionais, tendo este indicador passado de um valor médio de 7,1% em 2005-2007 para 3,4% em 2012-2014, reforçando-se o afastamento face ao valor médio dos países da UE-28 em 2012-2014: 15,5%. A diminuição da proporção de exportações de produtos de alta tecnologia no período considerado verificou-se em todas as regiões portuguesas com exceção da Região Autónoma dos Açores e do Algarve. No período em análise, o Norte foi a região onde se verificou a diminuição mais expressiva neste indicador, condicionando fortemente a evolução nacional.

<sup>4</sup> Considera-se, nesta análise, o conjunto dos países que formalizam atualmente a UE-28, independentemente do período de análise.

No triénio 2012-2014, o Centro e o Alentejo foram as únicas regiões a apresentar uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia abaixo do valor médio nacional.

As duas áreas metropolitanas do país foram as sub-regiões mais exportadoras de bens de alta tecnologia (contribuíram, no seu conjunto, com cerca de dois terços do valor nacional) e apresentaram também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional – AMP: 4,7%; AML: 4,1%.

**Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2005-2007 e 2012-2014Pe**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Eurostat.